

FOZ CÔA: O ÓNUS DA PROVA*

por

José Mariano Gago**

Todos sabem a história. É aliás exemplar.

Era uma vez uma barragem em construção. Nesse rio encontra-se o que os arqueólogos de todo o mundo consideram ser o maior santuário de arte rupestre paleolítica, ao ar livre, do planeta. A completar-se, a barragem destruirá as gravuras que o tempo, espantosamente, conservou.

Barragem “versus” gravuras. Parece fácil? Portugal é realmente um extraordinário país: parece-lhe fácil. É só remover as gravuras. Para outro lado. Para debaixo de água. Para outra época: serão assim tão antigas? Para o futuro, porque não: afundam-se agora e daqui a cem anos lá estarão, desfeitas em lodo, pó de xisto, rastos. E mais: quem é essa gente que clama pelas gravuras? Arqueólogos?! Mas esses, não são eles juízes em causa própria? E que sabem de barragens para invocar o valor de um suspeito achado paleolítico? Que nos provem, sim, preto no branco, que as gravuras são mais importantes que a barragem! E já agora que nos provem também que a barragem não é precisa, para guardar água, para servir de moeda de troca com Espanha, para dar luz, sei lá, que eles, os rupestres, nos provem isso tudo e mais ainda...

Ouvimos a boca de um responsável gargalhar, contente, que rupestres eram os outros, os do partido adverso. “Rupestre” passou a ser, está visto, infamante: como bandido, ou pior. São castiços, estes senhores.

Portugal é mesmo extraordinário. Exemplo único de regressão dramática: os vindouros da arte rupestre não a conseguem perceber! Vinte mil anos depois, a civilização, pfff, barragem!

Não se trata de transformar em parque, para turistas medianamente cultos, o vale do Côa, não! Esse, afunde-se e já, e faça-se do resto todo, capital São Bento, faça-se do resto do país o Luna Parque dos Primitivos Portugueses, tipo

* Publicado no jornal *Público* de 28-06-1995.

** Professor do Instituto Superior Técnico.

Aldeia dos Macacos da Europa em grande e vivo e real, com governo, eleições, impostos, barragens e tudo!!! Que magnífico projecto! (Temo embora que não seja original e esteja quase pronto.)

Senhores! Tenham juízo! A quem cabe provar que a barragem é absolutamente indispensável, naquele exacto sítio, e agora? A quem cabe provar que o maior parque ao ar livre de arte rupestre do mundo não vale os benefícios de uma barragem no mesmo lugar? A quem cabe provar que o turismo no vale do Côa preservado rende menos, dá menos empregos, custa mais que a barragem destruidora disso tudo?

É aos arqueólogos que cabe provar isso, ou a quem defende a barragem? Quem chegou primeiro: o Paleolítico ou o Governo?

Tenham mas é juízo! Então acham normal enterrar-se meia centena de milhões de contos NOSSOS numa barragem sem nos provarem, preto no branco, a sua prioridade? Sem nos provarem que alagar o vale do Côa naquela imensa extensão não traz prejuízos maiores que as vantagens esperadas? A quem cabe a prova?

Como é possível uma empresa da importância da EDP não ter encontrado, cem vezes encontrado, achados daquela importância, quando andou a estudar o vale do Côa? Que estudos de impacto foram os seus?

Mas encontrou, dizem-me. Foi precisamente o estudo mandado fazer pela EDP que revelou as gravuras. É deveras extraordinário. E então porque começou a adjudicar obra, e a construir, depois desse achado? O estudo do impacto era um pró-forma? É possível uma grande empresa pública, responsável, não se ter imediatamente colocado na linha da frente do apoio à valorização do património que o acaso, ou a incuria de outros, colocou no seu caminho?

Mas foi o IPPAR (Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico), organismo oficial que nos representa na protecção do património, que, interrogado pela EDP, não reagiu, esqueceu, deixou andar, dois anos, dizem-me.

Talvez agora se perceba como o país absolutamente precisa de instituições públicas realmente independentes, competentes e em primeiro lugar responsáveis perante o seu próprio mandato, isto é, perante nós. Aquilo a que se chama "tutela" do Governo não pode querer dizer nem obediência nem demissão. Os organismos públicos cujo mandato é a defesa competente, num domínio de especialidade, do interesse público existem para ter personalidade e princípios deontológicos firmes. As suas leis orgânicas, o estatuto do seu pessoal dirigente, os mecanismos independentes de avaliação a que se devem sujeitar, são elementos que, ao contrário do que hoje se passa, deverão convergir na garantia dessa independência e competência, fontes da confiança que desejamos ter nas instituições sérias.

Mas é razoável, sendo as coisas o que são, e o IPPAR o que não é, aceitar-

mos que a EDP, como Pilatos do Côa, nas faltas dos outros lave as suas mãos? Desde quando não têm as empresas, públicas ou privadas, responsabilidades sociais? É porventura normal que uma grande empresa responsável ajude a alimentar na opinião pública esta ideia assassina de que engenharia é incultura e destruição?

É porventura normal defender-se (noutro extremo) que o fanatismo da “conservação” é um valor decente e civilizado, a brandir contra a acção transformadora das sociedades humanas, de que a engenharia é porventura um dos mais significativos expoentes?

Nas coisas da razão, a revolta é má conselheira. Sobretudo quando tem razão. A responsabilidade primeira da onda emocional que, a propósito de Foz Côa, diminui e achincalha a engenharia está, parece-me, na instituição que primeiro a diminuiu e reduziu à noção primitiva de obra de cimento, e lhe pretendeu retirar o sentido social: a empresa Pública, ou o Governo, ou ambos, ou simplesmente o desconcerto novo-rico da época que está agora a findar.

A arte não se opõe à engenharia. A engenharia não se opõe à história, muito menos à civilização. Engenharia é também arte e história e civilização.

É óbvio que a barragem se não pode fazer ali. É pelo menos certo, se preferirem, que aquela barragem não se pode fazer ali, agora. Porquê?

Porque quem defende a construção não provou ainda nada, a não ser que se tinha, infelizmente, procedido mal. Não provou que não existem alternativas viáveis. Não provou o valor dos objectivos a alcançar. Não provou, enfim, e por aí deveria sempre ter começado antes de qualquer adjudicação de obra, e da criação de expectativas de mercado a outras empresas, não provou que assegura cabal e integralmente a salvaguarda do parque rupestre do Côa.

Por que razão isto não foi óbvio desde o princípio? Então submerge-se um vale e não se vai inventariar, antes mesmo de qualquer projecto de obra, o património que lá está? E antes de inventariado e avaliado, começa-se a construir? E depois de inventariado ainda se mantém a intenção original? Porquê? A quem compete provar a necessidade da barragem, e, em caso de necessidade, as alternativas?

A quem aproveita a negligência? Quem nos reembolsará dos prejuízos de ter iniciado uma obra impossível? E o Estado? Onde está a organização dinamizadora dos estudos arqueológicos? Quem, no papel, é responsável pelo património arqueológico nacional tem os meios para exercer essa responsabilidade?

E a universidade? Que consciência colectiva é a sua e que responsabilidade moral assumem, nesta emergência, os seus órgãos científicos?

Senhores! Metam a mão nessa coisa negra e rota a quem os antigos (esses tontos!) chamavam consciência e respondam: quem tem de provar o quê? São as pessoas do Paleolítico, os nossos mais que tetra-avós, quem tem de explicar por que razão tentavam, pelo meio de uma vida material duríssima, pensar, sentir,

construir símbolos vivos da ascensão humana?

É a civilização porventura que tem de se explicar aos vindouros?

Matem-na! Matem essa civilização tão crédula que foi num futuro melhor! Descendência desta é melhor não ter avós. Ter nascido do nada, sem história, nem futuro, nem ideais alguns.

Portugal rupestre, gravado no Côa, gente do nosso antigo sangue, perdoai-lhes: eles não sabem o que fazem.